

ENTRE VÍNCULOS E VEÍCULOS: a representação da mulher rural a partir da apropriação das TICs

BETWEEN BONDS AND VEHICLES: rural woman representation from the appropriation of the TICs

Marcela Guimarães e SILVA¹

Resumo: Este estudo tem como objetivo apresentar alguns apontamentos sobre o processo de representação da mulher rural na gestão da propriedade familiar a partir da convergência de políticas públicas no âmbito da extensão rural brasileira com recorte direcionado ao acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs). Para tanto, apresenta brevemente a trajetória das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, que encontra-se historicamente entrelaçada aos processos comunicativos e aos meios de comunicação, para situar o papel da mulher rural nesse contexto. Posteriormente, propõe uma reflexão sobre as implicações das políticas de reconhecimento da agricultura familiar e de acesso às TICs como uma convergência possível para promover a participação da mulher rural. Na sequência, aborda questões de gênero a partir da realidade de mulheres agricultoras do município de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, atendidas pela Emater/RS – Ascar e as suas relações com esta e outras instituições por meio da apropriação das TICs em seu cotidiano. E, por fim, apresenta algumas reflexões sobre a convergência entre as políticas e, conseqüentemente, a inclusão dessas mulheres no contexto do desenvolvimento rural no qual estão inscritas as TICs.

Palavras-chave: extensão rural; políticas públicas; São Borja/RS.

Abstract: This paper aims to present some notes about the process of rural woman representation in the management of the familiar property from the convergence of public policies in the scope of Brazilian rural extension related to the access to the technology of information and communication (TICs). Therefore, is briefly presented the trajectory of the public policies of the technical assistance and rural extension that is found historically mixed to the communicative process and to the means of communication, to place the role of the rural woman in this context. After, it is proposed a reflection about the implications of the recognizing policies of the familiar

¹ Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa - mestrado profissional da Universidade Federal do Pampa (Unipampa - campus São Borja). Líder do grupo de pesquisa CNPq - Processos e práticas nas atividades criativas e culturais - GPAC. Coordenadora do Observatório Missionário de Atividades Criativas e Culturais – OmiCult. E-mail: marcelasilva@unipampa.edu.br

agriculture and the access of the TICs as a possible convergence to promote the participation of the rural woman. In sequence, it is asked questions of genre starting from the reality of the agriculture women in the city of São Borja, state of Rio Grande do Sul, Brazil, accessed by the Emater/RS – Ascar and its relation with one like this and other institutions in an appropriation of the TICs in the day by day. Finally, it is presented some reflections about the convergences between the policies and hence the inclusion of these women in the context of rural development in which they are written the TICs.

Keywords: rural extension, public policies, São Borja/RS.

Introdução

Historicamente, a questão de gênero foi tratada pelos diversos enfoques do desenvolvimento, sendo que, para a maioria desses, a mulher era considerada como um problema de integração no processo de desenvolvimento. Diante disso, políticas públicas foram se constituindo apenas em forma de capacitações para economia doméstica e saúde da família. Por décadas a mulher foi relegada à condição de receptora passiva de informações, não sendo reconhecida como uma agente produtora e transformadora (PÉREZ, 2003).

No Brasil, o modelo de desenvolvimento adotado a partir dos anos de 1950 esteve centrado no crescimento econômico e na modernização tecnológica, por isso as questões de gênero foram menosprezadas. É somente na década de 1970 que as mulheres são incluídas nos planos de desenvolvimento do cenário mundial, a partir das pesquisas de Esther Boserup, sobre a participação econômica das mulheres e seu papel no processo de desenvolvimento (HERNANDÉZ, 2009). Desta forma, gradualmente, este movimento se refletiu nas políticas públicas que passaram a contemplar e vislumbrar nas questões de gênero possibilidades de desenvolvimento socioeconômico em diversos países.

Entretanto, o reconhecimento da mulher se arrasta na contemporaneidade como resultado da cristalização de distinções entre homens e mulheres, para além do aspecto biológico, pois são diferenças de cunho ideológico, histórico, econômico e cultural com implicações diretas na implementação das políticas públicas do Estado.

Especificamente no Brasil, no campo das políticas para as mulheres, destaca-se a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, pelo Governo Federal. Passados dez anos, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015, pautado pela transversalidade, apresenta objetivos e metas que articulam múltiplas dimensões do desenvolvimento (econômico, social, cultural, etc.) nas quais as questões de gênero estão inseridas, e ações que demandam a articulação com os demais ministérios e secretarias. Isso porque, uma única política pública atende a uma determinada demanda das mulheres, mas não necessariamente tem resultado em mudanças nas assimetrias de gênero. A igualdade de gênero requer a autonomia às

mulheres para que possam se integrar e ser uma integradora dos processos de desenvolvimento a partir dos seus próprios valores e interesses (ALMEIDA, 2011).

Diante disso, este trabalho propõe uma reflexão sobre a inclusão da mulher no processo de gestão da propriedade rural familiar, tendo como base as recentes políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, de modo articulado com as políticas nacionais de acesso às tecnologias da informação e comunicação, as TICs. Considerando para isso que ambas têm como meta propor ações para a inclusão da mulher rural nos processos de desenvolvimento, por meio do seu protagonismo social e econômico.

Destarte, primeiramente aborda-se a trajetória das políticas públicas de extensão rural e a sua relação com os processos e meios de comunicação situando o papel da mulher rural nesse contexto, bem como propõe uma análise sobre as políticas de reconhecimento da agricultura familiar e de acesso às tecnologias da informação e comunicação como uma convergência possível para promover a participação da mulher rural. Trazendo essa reflexão para analisar a realidade das agricultoras familiares do município de São Borja, RS, Brasil, assistidas pela Área Social da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS - Ascar), por fim apresenta algumas considerações a partir da convergência dessas políticas, enquanto possibilidades de inclusão da mulher na gestão da propriedade rural familiar.

A trajetória e relação entre a extensão e a comunicação rural

A extensão rural no Brasil tem sua origem no modelo norte-americano, denominado “clássico”, que serviu de base para a criação e instalação das instituições norte-americanas prestadoras desses serviços nos países “subdesenvolvidos” a partir da Segunda Guerra (FONSECA, 1985). Sendo a expansão desse modelo impulsionada pelas metas do presidente Juscelino Kubitschek, pautadas na industrialização e na abertura aos capitais estrangeiros, sendo o setor agrícola alvo de investimento para fuga do atraso, com vista a torná-lo a base de sustentação da industrialização pela qual passava o país. Fonseca (1985) ressalta dois aspectos a serem considerados na compreensão de como a extensão rural no país foi instituída: “a preocupação das elites

para com a educação rural; e o desempenho econômico exigido ao setor agrícola no contexto das relações políticas após o movimento de 1930, na sua relação com a conjuntura internacional do pós-guerra” (p. 54).

Diante deste cenário, foi então que a população rural passou a receber informações técnicas, orientação para o uso do crédito, educação e apoio para suprir suas necessidades básicas. Logo o modelo foi ampliado para os Estados, e em 1956 criou-se a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR). Entretanto, é somente em 1974, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), é que o país passa a dispor de um instrumento de extensão rural voltado para o aumento da produção e da produtividade, no qual a sociedade rural é esquecida (CAPORAL, 1991).

O modelo funcionalista de difusão de inovações tinha como característica principal a presença de agentes de extensão responsáveis por persuadir os agricultores no sentido de adotarem novas tecnologias no campo. Anos mais tarde, o mesmo foi substituído pelo método de Paulo Freire, baseado na troca de saberes, entrando em vigor um modelo pautado no planejamento participativo. O que exigiu uma revisão do papel do agente extensionista e das instituições de assistência técnica e extensão rural, subsidiadas pelo Estado. Embora houvesse mudanças no método, Caporal (1991) destaca que a extensão rural por muitos anos tanto pode ser vista como um instrumento de política agrícola, quanto como um serviço político do Estado para atuar no meio rural.

Já em 1990, com a crise política e econômica, o presidente Fernando Collor de Melo extinguiu a EMBRATER. O que deu lugar aos serviços privados de extensão rural, sendo essa uma das ações para consolidação de uma gestão neoliberal. No processo de privatização de tais serviços, o Estado cria então mecanismos para tornar esse setor de interesse da iniciativa privada. Assim, o deslocamento dos serviços das mãos do Estado para o setor privado consistiu na redução dos serviços públicos, que continuaram a existir, porém atendendo um grupo menor de agricultores, gerando uma margem de desassistidos, sendo necessário reconhecer a importância do Estado, não só como órgão regulamentador, mas financiador dos serviços àqueles excluídos do sistema privativo, dando origem a um modelo pluralista de extensão rural.

O sistema pluralista consiste ainda numa iniciativa de democratização, pois a gestão passa a ser compartilhada entre governos dos estados, dos municípios e das ONG's que representam a sociedade civil organizada no atendimento das demandas das populações rurais, conforme descrito na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) de 2003. Desta forma, em 2004, por meio da Política Nacional de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER), o Estado renova o seu compromisso em atender prioritariamente agricultores familiares, populações tradicionais e assentados, visando promover uma extensão rural participativa e orientada à transição agroecológica (DIESEL, et al. 2010).

No decorrer dessa trajetória da extensão rural, os processos e meios de comunicação fizeram parte ora como suporte na divulgação das ações e estratégias do Estado, ora como canal de comunicação entre esse e a população rural. Esses modelos de extensão-comunicação também fizeram emergir questões de interesse da população rural (desenvolvimento, protagonismo social, relações de gênero, etc.), integrando-as através do diálogo à agenda das políticas públicas numa perspectiva mais holística do espaço rural.

O primeiro modelo de comunicação adotado no Brasil, no âmbito da extensão rural, foi o “clássico norte-americano”, que consistia na disseminação de informações pelos meios de comunicação para informar e orientar o agricultor. Esse modelo se expandiu na América Latina, a partir de convênios firmados entre os governos dos países latino-americanos com as agências de extensão rural do EUA (DUARTE e CASTRO, 2004).

No Brasil, esse modelo de informação agrícola vigorou até o final da década de 1960 quando o Ministério da Agricultura, através do Sistema de Informação Agrícola (SIA), seguindo o método norte-americano, desenvolveu entidades autônomas de extensão em vários estados do país. Essas entidades autônomas, filiadas a Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR), eram responsáveis por transmitir a informação agrícola com o apoio dos meios de comunicação de massa para os agricultores. De acordo com o Bordenave (1983) a diferença entre a SIA e ABCAR é que a primeira difundia a informação rural apenas através dos meios massivos de comunicação, enquanto a segunda, além desses meios, estabelecia uma relação com os agricultores

através de intermediários, que eram lideranças rurais locais. Entretanto, apesar da diferença, o objetivo era o mesmo, difundir tecnologias para aumentar a produtividade.

Aos poucos esse modelo clássico cedeu espaço ao de difusão de inovações de Everett Rogers, que considerava o sistema social uma coletividade que atua conjuntamente para atingir uma meta comum. Desta forma, durante a Revolução Verde nos anos de 1960, a difusão de inovações prevaleceu, pois se acreditava que o desenvolvimento resultaria da modernização da agricultura e do crescimento do país por meio da industrialização. Para isso, foi necessário difundir entre os agricultores, novas tecnologias de produção, como garantia do aumento da produtividade.

Nos anos 1970, quando emergiram críticas ao método de Rogers, surgiram novas perspectivas para a extensão e a comunicação rural. Nessa década com a substituição da ABCAR pela EMBRATER, Bordenave (1981) destaca as mudanças na filosofia da extensão rural, nas estratégias e nos procedimentos adotados pelos extensionistas, que passaram a estabelecer uma comunicação rural. Assim, a extensão rural assume uma finalidade educativa, na qual o extensionista atua na capacitação do agricultor, para que este a partir da sua percepção da realidade encontre soluções para seus problemas de ordem técnica, econômica e social.

O diálogo também foi a perspectiva defendida por Paulo Freire, que, ao questionar o difusionismo, acabou por instituir um divisor de águas no método da extensão rural brasileira, pois assim, como Bordenave, analisava a relação entre os extensionistas e o agricultor como um processo de troca de saberes, através do diálogo. Freire questionou o termo extensão por sua relação significativa com “transmissão, entrega, doação, messianismo, invasão cultural, manipulação” (*apud* DUARTE e CASTRO, 2004, p. 42), propondo o diálogo e não a persuasão. Seus estudos repercutiram sobre os serviços de extensão rural no Brasil, que passaram por profundas reformulações, se constituindo num processo educativo e popular.

Destarte, frente a essa condição histórica e como resposta aos modelos precedentes, as experiências convergiram para um modelo que Duarte e Castro denominam de “pluralista”, no qual “os sujeitos do desenvolvimento buscam alternativas para enfrentar o isolamento e falta de alternativas adequadas proporcionadas pelo Estado” (2004, p. 47). No sistema pluralista, a preocupação central está no

empoderamento dos atores e agentes sociais, tornando-os capazes de identificar problemas e encontrar soluções, a partir da participação na consolidação de políticas públicas, como reflexo das demandas e realidades locais.

Vale lembrar que, no âmbito da extensão e da comunicação rural, a questão de gênero foi relegada a um segundo plano (PÉREZ, 2003) e, com isso, o protagonismo da mulher rural e o reconhecimento desta como atriz e agente de desenvolvimento foi tolhido e dificultado por esses modelos e políticas de modernização agrícola adotados no país.

Assim, o pluralismo na extensão e na comunicação rural converge para a articulação de políticas públicas embasadas na descentralização e proposição de espaços de participação dos diversos atores e agentes. A extensão rural entendida enquanto processo comunicativo, somado à popularização das TICs, amplia os espaços de inclusão dos atores e agentes, bem como de suas demandas no debate dessas políticas. Além disso, a reflexão sobre outras questões adormecidas possibilitam essa mudança de olhar sobre a extensão e a comunicação rural, tais como o reconhecimento de um novo modelo de produção, o da agricultura familiar, o uso e apropriação das TICs pela população, numa perspectiva de inclusão da mulher rural no contexto do desenvolvimento.

A convergência entre políticas públicas de extensão rural e comunicação na agricultura familiar

Como resultado desse processo histórico, pode-se analisar a década de 1990 no Brasil por dois aspectos aparentemente dissonantes, mas que, no entanto, marcaram o período: os debates pela inserção do país na sociedade da informação, e pelo fortalecimento de um novo tipo de produção agrícola, o da agricultura familiar. Aspectos que se por um lado não estão diretamente relacionados, por outro emergem do processo de (re)democratização do país e muito embora não dimensionado as contribuições de um sobre o outro na consolidação dessas políticas na época, é possível estabelecer algumas aproximações na perspectiva da inclusão dos atores rurais.

Ao conceituar agricultura familiar, Abramovay (1998) considera que há uma complexidade de fatores que impossibilitam definir precisamente o conceito, pois

entende que o segmento não pode ser visto e pensado de modo isolado do conjunto da sociedade. Entretanto, destaca para três atributos fundamentais no que se refere à agricultura familiar: gestão, propriedade e trabalho familiar. E ainda aponta a diversidade econômica, social e étnica que compõem a sociedade rural brasileira como elementos que tornam complexa a sua conceituação e operacionalização através de políticas públicas.

No Brasil, a expressão agricultura familiar passa a ser uma categoria reconhecida através de movimentos sociais ligados à Confederação Nacional dos trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e das políticas do Estado ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que prevê crédito aos pequenos produtores (SCHNEIDER, 2003) na década de 1990.

Em 2006, o Governo Federal através da Lei nº 11.326 estabeleceu as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares. Esta lei apresenta os princípios da descentralização; da sustentabilidade ambiental, social e econômica; da equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; e da participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, que deverão ser contemplados nas ações e projetos, compatibilizando diversas áreas como educação, extensão rural, profissionalização, etc.

Já no âmbito da sociedade da informação definida por Castells (1999) como um estágio de desenvolvimento social caracterizado pela capacidade dos cidadãos de obter e compartilhar qualquer informação, de qualquer lugar e da maneira mais adequada através das TICs, uma das primeiras iniciativas do governo federal foi a criação do Programa Sociedade da Informação (SOCINFO) como objetivo promover o acesso às TICs, a inclusão social e ainda fomentar a economia do país (TAKAHASHI, 2000) por meio da gestão compartilhada entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil.

Anos mais tarde, o SOCINFO cedeu lugar ao Programa Nacional de Inclusão Digital, através do qual foram implantados vários projetos de expansão da internet, no que se refere ao consumo e acesso da tecnologia. As políticas de inclusão digital de acordo com o Ministério das Comunicações foram constituídas como ferramentas da

cidadania, partindo de que o uso das tecnologias, bem como o acesso às informações, são condições para a inclusão social.

Castells (1999) lembra que a sociedade da informação não constitui em um sistema fechado, mas em uma rede aberta a acessos múltiplos, onde as preocupações não recaem sobre as tecnologias, mas sobre a ação e a interação social através dessas novas TICs, qual a centralidade não está nos fluxos de poder, mas no poder dos fluxos de informação e comunicação. Desta forma, as TICs que por muitas décadas foram utilizadas apenas como instrumentos de difusão de informações, na sociedade da informação são adotadas como meio de inclusão.

Destarte, traçando um paralelo entre as políticas de inclusão digital e da agricultura familiar é possível identificar alguns pontos de intersecção além do período político e econômico no qual emergem no Brasil. Ambas reconhecem o papel do Estado como fomentador de ações e projetos, do mesmo modo que suscitam a participação dos novos atores e agentes sociais nesse processo. Além disso, partem de que essas ações e projetos devem ser articulados entre si de modo a dar conta da complexidade social, cultural, política e econômica que envolve a sociedade e todos os atores e agentes que nela atuam.

Já no espaço rural um dos reflexos dessa mudança foi o rompimento de dicotomias entre rural e urbano, sociedade tradicional e moderna, cristalizadas por anos nos projetos de desenvolvimento. Além de ir contra o reprodutivismo de discursos institucionalizados dos agentes de extensão rural e a dependência dos agricultores em relação a estes por informações de seu interesse. Assim, as TICs, que por muitos anos foram reduzidas a meios de comunicação de massa e transferência de informação e, por isso, criticadas, hoje representam ou simbolizam o espaço de interação entre os atores sociais, entre os quais se incluem os agricultores familiares, rompendo com a dependência de informação do agente de extensão rural ou do próprio Estado. Além disso, essas políticas, através de suas diretrizes e princípios, trazem para o palco das discussões o papel da mulher na consolidação efetiva dessas políticas.

As transformações na agricultura e na sociedade, paralelo ao uso de tecnologias no campo mudaram o papel, a participação e as relações dos atores sociais. Para Duarte e Castro, “a mudança de paradigma da comunicação particularmente na última década,

são causa e consequência das transformações estruturais na agricultura” (2004, p. 51), como abordado no estudo da realidade a seguir.

Mulheres rurais de São Borja/RS: a inclusão na gestão da propriedade familiar por meio da apropriação das TICs na extensão rural

No Brasil, a inclusão das mulheres rurais vem se intensificando a partir das diretrizes estabelecidas pela PNATER e pelo Plano Nacional da Agricultura Familiar, reforçadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Um exemplo foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – Mulher, em 2004, a partir do PRONAF que já existia desde 1995. Com o programa mulheres agricultoras passaram a ter acesso a crédito para investir nas suas atividades produtivas. Hernández (2009) destaca como pontos positivos do programa a independência da mulher em relação à situação do homem, ou estado civil, bem como a autonomia prevista pelo programa, já que a linha de crédito é exclusiva para a mulher.

Além disso, o PRONAF – Mulher consiste numa política afirmativa, numa tentativa de reparar a exclusão histórica da mulher no acesso aos recursos e as políticas públicas. Entretanto, a autora lembra que esta política pública atende a demanda de crédito das mulheres, mas não necessariamente tem resultado em mudanças nas relações de gênero, o que demanda a articulação com outras políticas inclusivas. Desta forma, torna-se evidente num primeiro momento, a emergência de políticas que as insiram numa perspectiva sociocultural, e não apenas político-econômica.

Desta forma, a convergência das políticas públicas hodiernas pretendem romper com o modelo mulher historicamente institucionalizado, e conseqüentemente visam por meio da sua autonomia econômica e política ampliar a participação dessas atrizes no contexto familiar e social. Como lembra Almeida “as assimetrias de gênero no trabalho estão fortemente ancoradas nos estereótipos de gênero, porquanto traduzem antigas e seculares concepções de feminilidade e masculinidade e a relação das mesmas com o poder” (2011, p. 16).

No processo de modernização da agricultura do Brasil algumas características se refletiram de um modo similar em várias regiões, sendo que em São Borja, RS, tal realidade não foi diferente. Vários foram os projetos e os programas de apoio ao

desenvolvimento, entre eles os serviços de assistência técnica e extensão rural nos quais a mulher rural teve pouca expressão, sendo recente o seu reconhecimento no município.

Atualmente, São Borja tem uma população de 61.671 habitantes, de acordo com os dados do censo do IBGE Cidades de 2010. A população urbana atualmente é de 55.138 habitantes e a rural é de 6.533 habitantes. Localizada na região da Fronteira Oeste, a agricultura e a pecuária são as bases da economia, principalmente a orizicultura e a pecuária de corte. Por isso, o município se caracteriza pelas extensas propriedades rurais. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, existem 1.129 estabelecimentos agropecuários, sendo destes 626 de agricultura familiar.

Deste universo de estabelecimentos, 278 são assistidos pela Emater/RS – Ascar que pela sua extensão são considerados de agricultura familiar conforme previsto pela PNATER, os demais são atendidos por outras formas de serviços, público e/ou privado. Esse grupo é formado por famílias de agricultores rurais, que se encontram distribuídos em 34 localidades rurais, e que participam de alguns dos programas desenvolvidos pela instituição com outras organizações do município.

Em São Borja — mesmo diante das políticas dirigidas à agricultura familiar —, por questões culturais e históricas o modelo de produção familiar passa por um processo de adaptação tanto no sistema de produção quanto de gestão da propriedade. Por esse motivo, a Emater/RS – Ascar tem papel fundamental na prestação de serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, mas, principalmente, no fortalecimento e na consolidação da agricultura familiar no município onde atua desde 30 de dezembro de 1966, data da abertura do Escritório Municipal.

Assim, ao longo da história, a Emater/RS – Ascar passou por várias adequações político-financeiras, o que se refletiu no modelo de assistência e extensão no Estado. Atualmente, seguindo o modelo nacional denominado “sistema pluralista” de extensão rural pública, desde 2007, quando assumiu a execução da Política de ATER no Estado, sendo responsável por promover ações de assistência técnica e social, e também de extensão rural, atendendo prioritariamente agricultores familiares, assentados, indígenas, pescadores artesanais, quilombolas, entre outros grupos.

Deponti (2010) descreve os principais momentos da trajetória da extensão rural no Rio Grande do Sul, a partir da ação dos extensionistas, propondo uma divisão por

eixos norteadores, denominando-os de: eixo do difusionismo; eixo da participação; e eixo da sustentabilidade. Esses eixos explicam a forte presença histórica da Emater/RS – Ascar e auxiliam a compreender porque a instituição tornou-se sinônimo de extensão rural no Estado.

O eixo do difusionismo se consolidou na década de 1960, caracterizando os serviços de extensão rural, e, centrado no papel do agente extensionista responsável pela transferência de informações para os agricultores, que usava estratégias persuasivas de comunicação. “O objetivo era influenciar o público-meta de alguma maneira mediante o processo de comunicação, sendo a difusão entendida como um tipo especial de comunicação” (DEPONTI, 2010, p. 134). Esse modelo de difusão, após algumas décadas foi abandonado, dando espaço ao eixo da participação, que além de representar uma nova metodologia de intervenção do agente extensionista, consistiu em um processo de envolvimento dos agricultores, reconfigurando a extensão rural no Estado e a relação entre agricultores e extensionistas.

O eixo mais recente — o da sustentabilidade — que data da década de 1990, preconiza o processo de transição agroecológica, "processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrária" (CAPORAL e COSTABEBER, 2001, p. 25). Esse processo é uma revisão nos modos de produção da agricultura e também nos serviços de extensão rural, o qual passou a ser pensando como estratégias de desenvolvimento rural sustentável, de forma planejada e participativa, incluindo os atores e agentes do campo.

Atualmente, a instituição, ao implantar um novo modelo de extensão rural, pautado na Agroecologia, também renovou a sua missão institucional para nortear o trabalho da instituição e dos extensionistas, sustentando-a “na busca contínua de estratégias que impulsionem padrões socioculturais desejáveis apoiados na evolução histórica dos grupos sociais; e na construção de contextos de sustentabilidade compatíveis com a realidade do público beneficiário da extensão rural” (DEPONTI, 2010, p. 155). Sendo para isso necessário um esforço da instituição para capacitar o agente de extensão e, ao mesmo tempo, trabalhar essa nova perspectiva de desenvolvimento rural com os agricultores, por meio da união das práticas participativas

de trabalho às práticas sustentáveis de produção agroecológica, redefinindo os perfis e as relações entre atores e agentes do campo.

Vale ressaltar que foi através da PNATER que se ampliam os olhares para a área social e ambiental das propriedades rurais, em abandono de uma visão técnica e assistencialista, por uma visão holística do todo que compõem a propriedade rural. Sendo esse um dos fatores que contribuíram para que a mulher agricultora familiar assumisse outras funções para além das tradicionalmente desenvolvidas (cuidar da casa e dos filhos), e assim, se inserir na produção e gestão da propriedade rural.

Em São Borja, a Emater/RS - Ascar através dos serviços da Área Social, atende mais de 300 mulheres do campo promovendo cursos, capacitações, orientações, formações nas mais diversas áreas (família, trabalho, mercado, saúde, meio ambiente, etc.), não sendo restrito aos serviços de assistência técnica. Além disso, a Emater/RS - Ascar presta apoio e orientação às mulheres que participam do PRONAF - Mulher e outros programas voltados às agricultoras, considerando para isso o estabelecimento de relações diretas entre extensionistas e agricultoras, através do diálogo, independente da intervenção ou presença do homem.

Diante dessa realidade, é possível visualizar a partir dessas e de outras políticas, possibilidades para o reconhecimento das mulheres rurais. Como vem ocorrendo com agricultoras de São Borja/RS, Brasil, onde o acesso às novas TICs está se configurando como uma porta de inclusão da mulher na gestão da propriedade rural. Ainda que parcimoniosamente, o fenômeno vem modificando o papel da mulher rural no contexto em que vivem.

A popularização das TICs, principalmente o uso do celular e da internet, tem ampliado e intensificado o seu protagonismo para além da interação face a face no tempo e no espaço dessas mulheres. De acordo com Thompson “o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais, e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (1998, p. 13). Assim, as TICs passaram a serem adotadas como uma alternativa de dilatação dos espaços (além do espaço geográfico) de interação e atuação destas mulheres. Como declara a agricultora familiar sobre o papel da internet para o seu contexto na propriedade:

A gente procura coisa prática pro nosso dia a dia, porque tem muita coisa boa né [...] tipo plantio de pastagem, como cuida dos teineiro, esse tipo de coisa. Hoje tu não precisa mais compra enciclopédia [...] porque antes tu precisava sair de casa para ti ter uma informação e hoje em dia não, é só procura ali (aponta para o computador).

É diante dessa presença maciça da mídia no cotidiano a população, que Sodré (2002) busca apontar os papéis da comunicação na vida social, ressaltando que o processo comunicativo independe das tecnologias, entretanto, é alterado por essas. Para Sodré (2002) a comunicação recobre três aspectos: a *veiculação* que estabelece contato entre as pessoas através das TICs, o que ele chama de *mediatização*; a *vinculação* que promove e mantém o vínculo social, pautada pela reciprocidade comunicacional (afetiva e dialógica) entre os indivíduos, “é muito mais do que um simples processo interativo, porque pressupõe a inserção social do sujeito desde a dimensão imaginária (imagens latentes e manifestas) até a deliberação frente às orientações práticas de conduta, isto é, os valores” (p. 223); e a *cognição* que diante da presença dessas novas mídias, interfere na compreensão do indivíduo sobre o seu papel no mundo, e na forma deste interpretar as suas relações sociais a partir das suas experiências reais ou virtualizadas. Tudo isso incide e contribui para a sua autonomia para além do seu contexto prático, pois não consiste apenas no domínio e uso da tecnologia, mas principalmente constitui-se como uma possibilidade de aprendizagem e interpretação por meio de novas experiências com outros distantes.

Para as mulheres agricultoras de São Borja, a tecnologia da internet assume tais características quando passa a ser um meio de busca e acesso às informações e de contato com o outro (familiares, extensionistas, etc.) ampliando a participação no processo comunicativo inclusive como proponente do debate junto aos extensionistas e a comunidade da localidade em que vive. Além disso, encontra uma alternativa para a sua autonomia na relação com o extensionista, por meio do acesso à informação, rompendo com o modelo de dependência historicamente estabelecido na extensão rural. Com afirma a agricultura familiar que é atendida pela Emater/RS - Ascar:

Eu entro na internet mesmo pra pesquisa coisa do nosso trabalho, eu gosto de sabe muito sobre chá, como faz uma muda, sabe pra que serve. Ou mesmo pra vende um produto na feira porque chega o cliente e pergunta “para que que é?” ai eu posso dizer: “oh brócolis é uma fonte de ferro, brócolis é bom pra isso e bom pra aquilo”. Então tu já vai dizendo né: “ah isso aqui é bom, o

espinafre tu faz assim” e tudo isso eu busco na internet. Eu não preciso mais fica esperando que alguém me diga.

Muitas mulheres que antes apenas participavam dos cursos e capacitações para cuidar da casa, passaram a vislumbrar através dessas tecnologias uma forma de inserção na gestão da propriedade, pois enquanto os homens estão trabalhando na produção agrícola elas estão dentro de suas casas buscando através de conteúdos da internet, contato com extensionistas e outras organizações dados sobre políticas e programas voltados para a agricultura familiar e ao contexto em que vivem. Como expresso nos depoimentos de uma das agricultoras familiares:

O meu marido é uma pessoa que trabalha com a prática não organiza a papelada, e eu ainda não consegui coloca como é que se diz incuti na cabeça dele que tem que organiza no dia-a-dia. No curso eu aprendi assim, o professor falou: “que nós tínhamos que pensa na empresa”, ele falo assim: “tem que organiza tudo no papel, não só na cabeça de um ou de dois. Daí agora ele (marido) pediu um caderninho pra ele, tá ali o caderninho dele, agora ele registra tudo ali, mas sou eu que cuido.

De acordo com Thompson “apoderando-se de mensagens e rotineiramente incorporando-as à própria vida, o indivíduo está implicitamente construindo uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e de onde está situado no espaço e no tempo” (1998, p. 45). Desta forma, ao apropriar-se dos conteúdos e torná-los próprios, a mulher assume um poder, que Thompson denominaria como simbólico, diante da estrutura social e familiar nas quais operam diretamente. Criando neste contexto, o que Sodré definiu como vinculação, ou seja, inserção social, através dos veículos que as colocam em contato com o outro, e desse arranjo um processo cognitivo de apreensão e compreensão de si e do mundo.

Além disso, essas mulheres que munidas de informações do interesse da sua atividade, aos poucos passaram a frequentar o escritório da Emater/RS - Ascar, os cartórios e estabelecimentos bancários para encaminhar projeto de financiamento de melhorias e investimentos para suas propriedades empoderadas pelo conhecimento e informação. Assim, a internet, ao ser um canal de contato dessas mulheres com o mundo externo à propriedade, amplia de algum modo a sua participação enquanto agente social e político. Ressalta-se que o acesso à internet ainda não é uma realidade para muitas mulheres agricultoras, por questões técnicas e econômicas, mas há várias iniciativas públicas que estão popularizando esse meio no campo.

Já com relação ao uso do celular, o mesmo se destaca pela praticidade e custo baixo, ou seja, há condições técnicas para o uso e também econômicas para aquisição, o que explica a sua alta penetração no campo. Para as mulheres agricultoras algumas características são apontadas como principais: contato com o outro, elimina distâncias e otimiza tempo, sendo também um recurso para o trabalho que desenvolve na propriedade, como relata a agricultora familiar sobre o uso dessa tecnologia na relação com o agente de extensão:

Eu tenho até o celular pessoal deles (risos), porque quando precisa, quando aperta aqui, ou quando tá com um negócio encaminhado, ou para tirar uma dúvida, ou aqui fora tem tal coisa a gente fala com eles... essas coisa de documentação, porque se for preciso eu vou ou senão eu deixo pra eles lá (na instituição). E a gente tem muita dúvida, ou eles ligam pra te dizer que tu precisa de mais documentos e tal, dai tu tem que arruma.

Assim, considerando a visão de Sodré (2002), essa tecnologia móvel permite o estabelecimento de vínculo e a veicula o de informa o entre as mulheres agricultoras e seus pares. Além disso, facilita o seu trabalho na propriedade sem que se desloque dela, colocando-a em contato com extensionistas, institui o bancárias, com outros agricultores e agricultoras, para fazer questionamentos e buscar mais informa o para situa o específicas do cotidiano da propriedade. Sendo também uma ferramenta utilizada na negocia o da produ o com revendedores e clientes. E, por isso, uma tecnologia que lhe confere condi o para participar do gerenciamento da propriedade rural e exercer uma fun o social e econômica para além do espaço familiar.

Desta forma estas tecnologias, ao mediar as intera o destas mulheres, expandem o seu poder de alcance e interven o para além dos limites da propriedade rural. Thompson (1998) afirma que ao usar os meios de comunica o o indivíduo transcende-se limites, reordenando o tempo e o espaço dentro da organiza o social, e usa esta reorganiza o com meio para atingir seus objetivos, ou seja, se apropria do conteúdo global, empregando-o num contexto localizado para fins específicos da sua realidade. Como pode se observa no depoimento da agricultora familiar:

[...] eu não preciso espera o programa tal vai d  ou não vai dar, a  eu perco ou a  eles perdem de v , e a  eu não consigo mostra, então aqui (internet) eu consigo mostra, 'porque o que a mãe fala não vale'. Porque no domingo deu no Globo Rural n , porque t  dando problema até no nascimento das crianças no campo, a  eu digo pra ele "pra não se molha com o veneno", mas [...].

Destarte, no contexto da extensão rural, informações antes trabalhadas de modo abrangente e amplo, passam a ser trabalhadas no contexto da propriedade, tanto por parte das agricultoras, como dos extensionistas. Estes apesar de desenvolverem um trabalho de modo planejado e conforme uma política nacional passam a pensar e dialogar sobre os problemas e demandas de uma cada das propriedades atendidas. De modo que as agricultoras que antes esperavam por uma orientação, passam a buscar informações para além das recebidas e que venham ao encontro das demandas da sua propriedade, através da atividade desenvolvida pelas mulheres agricultoras.

Além disso, as mulheres agricultoras de São Borja estão estabelecendo uma outra relação com a família, principalmente diante do marido e dos filhos, da mesma forma que isso se reflete fora da propriedade e na relação com os extensionistas. Essas mulheres passaram de público-alvo das ações, para serem públicos proponentes de ação na propriedade e na comunidade a qual pertencem. Esse reconhecimento e poder ainda que moderado, aos poucos vem motivando e tornando-se exemplo pra outras mulheres que vivem na mesma condição.

Algumas considerações

Se por muitos anos tanto a extensão rural como a comunicação foram compreendidas enquanto transferência de informações do Estado através dos extensionistas para os agricultores rurais, as convergências das políticas públicas através de projetos articulados começam romper com a unilateralidade do processo, ampliando os espaços de participação e inclusão de novos atores e agentes na sociedade rural.

Dessa forma, em decorrência de várias políticas e programas públicos dirigidos à mulher (extensão rural, inclusão digital, etc.) se percebe seu crescente protagonismo diante de instituições como a família, a Emater, entre outros. Em realidade, a apropriação das TICs pela mulher ampliou principalmente a sua participação nos processos decisórios da propriedade rural familiar. Hoje, munida de informações essa atriz tornou-se responsável por administrar os recursos e investimentos da família, conquistando o respeito do marido, dos filhos e da comunidade, o que, por sua vez, tem reflexo direto em sua autoestima e empoderamento diante do desenvolvimento rural.

Assim, as TICs convertem as mulheres em agentes de mediação entre as políticas públicas e a sociedade rural, ou seja, se antes o agente mediador na relação Estado/agricultor era o extensionista, neste caso estudado a mulher também se inscreve como tal. Não se quer dizer que a mulher seja a única agente, mas evidenciar o seu papel no contexto da propriedade rural, abandonando a concepção que se lhe impunha de indivíduo passivo no processo comunicativo de extensão rural, como destaca Pérez (2003). Além disso, o ato de apropriar-se dos meios de comunicação e das informações faz com que essa mulher adquira um poder ainda que simbólico (THOMPSON, 1998) que, aos poucos, passa a ser reconhecido pelas instituições nas quais atua socioeconomicamente (Estado, família, Emater, etc.).

Entretanto há muito a ser percorrido pelas mulheres ‘dentro e fora de casa’, considerando-se que é necessário, em primeiro lugar, romper com estruturas sociais e culturais cristalizadas, tanto no âmbito da extensão rural quanto da própria família rural. Logo, é preciso pensar em novas *relações* na extensão rural, centradas na capacidade de articulação individual e coletiva e que de um lado estejam os extensionistas, e do outro, as famílias.

Além disso, estas políticas públicas por mais centradas que estejam no papel da mulher e no seu protagonismo e inserção no cenário do desenvolvimento rural, ainda constituem-se como políticas para as mulheres rurais, deflagrando a dicotômica relação entre homens e mulheres, e a emergência das questões de gênero que ainda precisam ser contempladas e trabalhadas por essas políticas. Sendo necessário repensar a apropriação do conteúdo dessas políticas com fins práticos em diferentes dimensões para além da político-econômica, mas principalmente sociocultural.

Na sociedade midiaticizada, as TICs assumem, na relação dessas mulheres agricultoras com as instituições, distintos significados: são meios para a comunicação que ampliam o contato entre os indivíduos (mulheres rurais) em uma relação de reciprocidade que dá origem a novos vínculos e reestabelece outros; do mesmo modo, representam meios de acesso à informação, pelos quais se desenvolvem relações de trabalho com extensionistas, outros agricultores e agricultoras, e com as demais instituições. Além disso, a não linearidade no processo comunicativo por meio das TICs produz autonomização dessas mulheres em relação aos produtos midiáticos e às mídias

tradicionais, que se reflete nas relações sociais dentro e fora das instituições (Emater e família).

Por fim, é importante ressaltar que as mídias tradicionais e, principalmente, as novas mídias, embora estejam imbricadas na trajetória histórica do desenvolvimento e da extensão rural no Brasil, a partir da realidade estudada se constata que essas mídias, por si só, não promovem o desenvolvimento rural. Entretanto, o acesso à informação e sua apropriação confere autonomia às mulheres, reposicionando-os no processo dialógico com as demais instituições. Ao romper com o fluxo unidirecional de informações do Estado para os agentes de extensão, e destes para a agricultora, ampliando os canais de acesso à informação, esses indivíduos (extensionistas e agricultoras) tornam-se agentes orientados por seus interesses, com capacidade para agir no contexto da sua realidade.

Considera-se, também, que ao se reconhecer o rural com uma nova sociedade, não é uma determinada política ou outra que de modo isolado será capaz de dar conta da sua complexidade, pois assim como o próprio “desenvolvimento” não se esgota, requerendo a convergência de diversas políticas públicas frente aos novos atores sociais do desenvolvimento rural. E, por isso, é necessário considerar a convergência e articulação de distintas dimensões (econômica, social, ambiental) por meio das políticas públicas para inclusão da mulher rural nos processos de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, V. Igualdade de gênero, trabalho e relações de poder – perspectivas e intervenções da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero de Portugal. In: OLIVEIRA, C. S.; VILLAS-BOAS, S. (Coord.). **Igualdade de Gênero, Responsabilidade Social e Cidadania**. Covilhã: UBI, 2011.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

_____. Comunicação e Educação: o que Deus uniu o homem não separa. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. E. D. (Org.). **Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas**. Tradução: Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Programa Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. TAKAHASHI, T. (Org.). Brasília, 2000. 231p. (pdf).

_____. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. **Programa de Inclusão Digital**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/42303.html>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004. 22p.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991, 221 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1, 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. 2010.

DIESEL, V. et al., Extensão rural para quem? A nova face institucional da orientação técnica no Rio Grande do Sul, 2010. In: Anais... **VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, 2010.

DUARTE, J.; CASTRO, A. M. G. de. **Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

EMATER. **Relatório de Atividades Municipais 2010 EMATER/RS – ASCAR/RS – ASCAR**. Escritório Municipal de São Borja/RS. 2011.

FONSECA, M. T. L da. **A extensão rural no Brasil, um projeto político para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. (Coleção Educação Popular, n. 3).

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero:** um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=rs>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

_____. **Censo Agropecuário 2006:** agricultura familiar primeiros resultados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2012.

PÉREZ, Isaac Enríquez. **La construcción social de las teorías del desarrollo:** un estudio histórico/crítico para incidir en el diseño de las políticas públicas. México: Miguel Ángel Porrúa, 2009.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SODRÉ, M. **Antropológica do Espelho:** uma teoria da comunicação linear em rede. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.